

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMDPD – GESTÃO 2016-2018

1
2 Aos dois dias do mês de março de dois mil e dezessete, às quatorze horas,
3 realizou-se na sala de reuniões do gabinete da Prefeitura, a oitava reunião
4 ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPD
5 gestão biênio 2016-2018, que apresenta a seguinte pauta: **1.** Aprovação da pauta
6 da 8ª Reunião Ordinária. **2.** Deliberação da ata da 7ª Reunião Ordinária Gestão
7 2016-2018. **3.** Relato de Comissões. **4.** Informes Gerais. A reunião foi iniciada e
8 dirigida pelo presidente do Conselho, Ricardo Alexandre Vieira, que submeteu a
9 pauta para aprovação, sem acréscimo. O secretário-executivo Fausto Salamão
10 Cirico fez a leitura do ofício nº 268/2017, da Secretaria Municipal de Saúde –
11 SESA, informando a continuidade da conselheira titular Wania da Silva Lopes
12 Damas e suplente Rebekka Stadler. Em seguida faz a leitura do ofício nº 318/2017
13 da Procuradoria Geral do Município – PROGE informando a indicação do
14 conselheiro Gustavo Vinícius Camin como titular e Marcelo Coelho Silva como
15 suplente. A pauta foi aprovada. Na sequência, o secretário do CMDPD, Gustavo
16 Lacatus, fez a leitura da ata da 7ª Reunião Ordinária Gestão 2016-2018. Realizada
17 a deliberação a ata foi aprovada por unanimidade. O conselheiro Gustavo Vinícius
18 Camin solicitou a palavra e fez a sugestão de que as atas não sejam mais lidas na
19 íntegra em reunião, abrindo espaço apenas para que os conselheiros presentes
20 façam os destaques quando necessário e, posteriormente, sua deliberação. O
21 Presidente fez a objeção, entende que nesse caso os visitantes presentes não
22 tomariam ciência do que foi discutido na reunião anterior, abrindo a proposta para
23 votação. A maioria dos presentes optaram por continuar com a prática de leitura da
24 ata na íntegra, ao início de cada reunião. Dando prosseguimento a pauta, a
25 conselheira Daniella Cristina Martins Hernandez fez a leitura do relato da reunião
26 da Comissão de Políticas Públicas e Acessibilidade, realizada no dia 22 de
27 fevereiro de 2017. Item número um do relato, referente ao Ofício 02/2016 do
28 Conselho Local do Hospital Psiquiátrico de Maringá, a respeito do usuário idoso
29 com transtorno mental e com deficiência visual. Segundo o ofício o paciente
30 encontra-se internado desde 2012 no Hospital Psiquiátrico. Lá foi agredido por
31 outro paciente, tendo os dois olhos arrancados. Informa que, atualmente, o
32 paciente obteve alta médica, porém continua internado no Hospital Psiquiátrico.
33 Que encaminhou pedido de providências à 14ª Promotoria de Justiça, mas até o
34 momento não recebeu retorno e solicita intervenção deste Conselho e demais

35 Conselhos de Direitos. Na reunião da Comissão, estavam presentes
36 representantes do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso – CMDI e a Sra. Carla
37 Barros que colocou à Comissão o posicionamento do Conselho Local do Hospital
38 Psiquiátrico, seja a responsabilização do Hospital por este paciente, reintegrando-o
39 a sociedade e disponibilizando uma moradia e acompanhamento permanente para
40 os cuidados necessários. A Comissão deliberou realizar visita conjunta com o
41 CMDI no Hospital Psiquiátrico, bem como agendar reunião com a 14ª Promotoria a
42 fim de buscar maiores esclarecimentos e informações. A conselheira Maria José
43 Pombalino pediu a palavra e afirmou que o caso relatado se tratava de uma
44 pessoa com transtorno mental e não deficiência, afirmando a necessidade de
45 distinção entre transtorno mental e deficiência intelectual. O conselheiro Gustavo
46 Vinicius Camin explicou que no caso relatado o usuário também teria adquirido
47 deficiência visual em razão da agressão sofrida no hospital, justificando a
48 necessidade de ser discutido pelo CMDPD. Acompanhado de inquietações
49 levantadas pelo pleito, Gustavo Camin questionou se o relato estava aprovado,
50 tendo o Presidente do conselho pontuado a organização de que os conselheiros
51 presentes se inscrevessem para poder se manifestar, além dos demais centrarem
52 a atenção nessa pessoa, para que ela seja ouvida. O secretário-executivo Fausto
53 Salamão Cirico explicou que a comissão acompanhará e acionando as reuniões
54 que se fizerem necessárias para resolverem o caso. Relato e encaminhamentos
55 aprovados. Em seguida, a conselheira Daniella fez a leitura do item dois do relato
56 da Comissão de Políticas Públicas e Acessibilidade, referente ao parecer da
57 Secretaria Municipal de Serviços Públicos – SEMUSP em resposta ao ofício
58 14/2015 do CMDPD, que solicita medidas imediatas para a adequação dos pisos
59 táteis irregulares da Avenida Horácio Racanello. Segundo o ofício da SEMUSP as
60 adequações serão realizadas. A comissão sugeriu enviar ofício solicitando
61 informações sobre a previsão das obras e lembrando o risco de acidentes à
62 pessoa com deficiência visual. Relato e ofício aprovados sem objeções. Daniella
63 fez também o relato do item três, referente ao parecer da Secretaria Municipal de
64 Serviços Públicos – SEMUSP em resposta ao ofício 75/2014 do CMDPD, que
65 solicitou adequação nas rampas de acesso para cadeirantes na Avenida Brasil,
66 região central de Maringá. A comissão sugeriu encaminhar ofício solicitando
67 informações quanto a adequação das rampas nesses locais que ainda precisam de
68 reforma, questionando se hoje elas já estão regulares e, em caso de resposta

69 negativa, qual o cronograma para sua adequação. Aprovado encaminhamento por
70 unanimidade. O Presidente do conselho solicitou a supressão do item quatro do
71 relato da Comissão de Políticas Públicas e Acessibilidade, referente a proposta de
72 solicitação para identificação da deficiência e foto nos cartões de Passe Livre para
73 uso do transporte público no município. Explica que tal solicitação pode abrir
74 precedentes para que o sistema de fiscalização burocratize ainda mais a
75 concessão do passe livre municipal para pessoa com deficiência. A proposta de
76 supressão do item quatro foi para votação sendo aprovada com 14 votos
77 favoráveis, 4 abstenções e nenhum voto contrário. A gerente da Proteção Básica,
78 Viviane Regina Franco Soares, sugeriu que fosse resgatado outros itens da pasta
79 com o SETRANS, que estejam pendentes, como a instalação de semáforos
80 sonoros, bem como o Transporte Coletivo Cidade Canção – TCCC, para que seja
81 agendada nova reunião, pois os serviços estão sendo coordenados por novos
82 gestores em relação a época que as solicitações foram feitas. A proposta foi
83 aprovada por unanimidade. Prosseguindo com a pauta, Daniella fez então a leitura
84 do quinto item da Comissão de Políticas Públicas e Acessibilidade, referente ao
85 ofício 172/2017, da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, do
86 Ministério da Saúde, que responde ao ofício nº 79/2016 do CMDPD quanto a
87 decisão favorável do Supremo Tribunal Federal – STF, em favor do pedido do
88 Ministério Público Federal, determinando que o Programa Farmácia Popular do
89 Brasil forneça às pessoas com deficiência fraldas descartáveis por preços
90 reduzidos. O secretário-executivo do CMDPD, expôs a informação adicional de
91 que no site não estão estabelecidos os critérios para a concessão desse direito.
92 Viviane Regina Franco Soares sugere que, caso demorem a divulgar os critérios, o
93 CMDPD deverá acionar a Secretaria Municipal de Saúde para pedir auxílio quanto
94 a reivindicação e estabelecimento de critérios. A vice-presidente do conselho, Ana
95 Carmem Dias, pontuou que este assunto já foi discutido em outros momentos.
96 Pontua ainda que no caso da concessão de fraldas para idosos o procedimento é
97 mostrar o documento de identidade e uma receita médica indicativa, sugerindo que
98 no caso das pessoas com deficiência o protocolo poderia ser o mesmo. O
99 conselheiro Gustavo Camin explicou sobre a portaria que sustenta o benefício para
100 idosos e que o Ministério da Saúde está adaptando o sistema para que as pessoas
101 com deficiência também possam ser beneficiárias, enfatizando que “enquanto isso
102 ficamos no limbo, no buraco negro” (sic.). A sugestão elaborada pelo conselheiro

103 Gustavo Camin e pelo Presidente foi a de que fosse feito um ofício único
104 contemplando essas reivindicações e o mesmo fosse direcionado ao Ministério da
105 Saúde e ao Conselho Municipal de Saúde. Proposta e relato aprovados por
106 unanimidade. Na sequência, Daniella fez a leitura do sexto item do relato, referente
107 ao ofício 35/2017 da 14ª Promotoria de Justiça em resposta ao ofício 72/2014 do
108 CMDPD, solicitando providências e adequações na estrutura física do Aeroporto
109 de Maringá, conforme relatório elaborado pela Comissão de Políticas Públicas e
110 Acessibilidade, em outubro de 2014. Os conselheiros Gustavo Camin, Ricardo e
111 Daniella manifestaram estar decepcionados com o parecer da Promotoria em
112 relação as adequações de acessibilidade no Aeroporto, visto que os conselheiros
113 fizeram a cobrança desde a visita em outubro de 2014. O conselheiro Gustavo
114 Camin expôs que se entristecia com a promotora, Dra. Stella Maris Sant'anna
115 Ferreira Pinheiro, em virtude da proposta de arquivar o ofício sem averiguação
116 adequada acerca da reivindicação feita, argumentando que essas inadequações
117 geram dificuldade e constrangimento para pessoa com deficiência, questionando
118 qual a “reforma para acessibilidade” (sic.) seria realizada no aeroporto. O
119 presidente do Conselho também manifestou sua indignação, comentando não
120 saber se seria pior a opção de arquivamento do ofício sem averiguação, ou se o
121 mesmo foi averiguado e a Promotora e/ou sua equipe entenderam que as
122 adaptações são necessárias e ficaram a contento. Assim, citou a falta de uma
123 cadeira para embarque/desembarque compondo a estrutura do ambiente, por
124 exemplo, e afirmou ser “lamentável a Promotora encerrar um ofício sem
125 conhecimento de causa.” (sic.). A Vice-presidente do conselho, Ana Carmem Dias,
126 afirmou a importância do Conselho ser consultado nesse tipo de
127 vistoria/averiguação, a necessidade de que os funcionários que atuam nesses
128 locais estejam treinados/orientados para atuarem nessas situações e, ainda, o
129 desrespeito ao Conselho que essa atitude representou. A conselheira Deuza
130 Prates Carvalho sugeriu de que a Promotoria pudesse ser notificada sobre o não
131 contentamento dos membros do CMDPD, a respeito dessa possibilidade de
132 arquivamento. As conselheiras Deuza Prates Carvalho, Daniella Cristina Martins
133 Hernandes e Maria José Pombalino fizeram o questionamento de que se as
134 companhias aéreas também não devessem ser cobradas e responsabilizadas
135 quanto às não adaptações estruturais e de serviço que o aeroporto de Maringá não
136 tem suprido em relação a acessibilidade. O conselheiro Nivaldo Barbosa de Lima

137 sugeriu que o Conselho emitisse outro ofício direcionado à Promotora,
138 perguntando qual o embasamento que ela estava utilizando para que o aeroporto
139 fosse tido como um espaço adequadamente adaptado às especificações de
140 acessibilidade. Viviane Regina Franco Soares, e o Presidente do Conselho,
141 Ricardo Alexandre Vieira, lembraram sobre a implantação da central de
142 interpretes, proposta a qual o município manifestou que estava implantada e, da
143 mesma forma, não procuram o CMDPD para sugestões e emissão de um parecer.
144 A conselheira Mariana Piculli perguntou se o Conselho tinha respaldo legal para
145 cobrar para que fosse consultado nesse tipo de situações. O Presidente explicou
146 que o Conselho tem poder para deliberação ou não. A Vice-presidente expôs que a
147 questão manifestada pela conselheira Mariana Piculli estavam descritas no
148 Decreto de número 5.296/2004. O secretário-executivo explicou que, dentre os
149 papéis do Conselho, está o de acompanhar como um todo as questões que
150 circundam a população/grupo com deficiência, tendo esse dever juridicamente
151 respaldado. A conselheira Deuza indagou se nessa situação não caberia a
152 informação de que se as adequações não supridas para acessibilidade estavam ou
153 não contidas no projeto, tendo o conselheiro Gustavo Vinicius Camin justificado
154 que a necessidade de adaptação e cumprimento das normas independem de
155 qualquer proposta feita em projetos, devendo ser igualmente cumprida. Assim, a
156 proposta definida pelos presentes para atender essa demanda foi a de emissão de
157 um novo ofício, contemplando a informação de não concordância com a
158 possibilidade de arquivamento das reivindicações, necessidade de reabertura no
159 acompanhamento dessas situações, organização de um check-list das
160 inadequações estruturais do Aeroporto de Maringá (registrada com fotos). A
161 proposta foi aprovada por unanimidade. O conselheiro Gustavo Camin repassa a
162 informação referente a visita realizada no Aeroporto no dia 24/02/17, relata que a
163 gerente de infraestrutura sra. Beatriz Bianchi da Costa informou que será
164 construída outra pista para pousos e decolagens. Quanto ao relato da Comissão
165 de Cadastro e Acompanhamento, referente a renovação anual do cadastro das
166 entidades, o conselheiro Gustavo Vinicius Camin perguntou se seria usado o
167 mesmo modelo do ano passado, tendo sua informação confirmada pela
168 conselheira Deuza. Relato aprovado por unanimidade. Entre os informes dados, a
169 Comissão de Políticas Públicas e Acessibilidade fez a leitura do Ofício nº
170 033/2017, do Conselho Regional de Farmácia do Estado do Paraná, a fim de

171 orientar as entidades competentes para que as etiquetas das embalagens e rótulos
172 de remédios não obstruam as informações em braile, atendendo a um pedido do
173 CMDPD encaminhado por meio do ofício nº 86/2016. Além desse, leu-se sobre a
174 proposta de regulamentação própria para as obras de acessibilidade no município.
175 Aprovadas por unanimidade. Por fim, o Prefeito de Maringá, Sr. Ulisses Maia,
176 chegou à reunião, recebendo os cumprimentos do Presidente do Conselho, que
177 enalteceu o envolvimento do Prefeito com as causas das pessoas com deficiência.
178 Em seu discurso, Ulisses Maia disse que pretende sempre trabalhar em conjunto,
179 solicitando que o Conselho atualizasse a pauta de reivindicações que lhe foi
180 entregue no ano anterior e também que discutissem a proposta de construção do
181 condomínio habitacional para atender pessoas com deficiência. Além disso,
182 comentou sobre a proposta de estruturação de uma clínica escola para pessoas
183 com autismo, em um modelo similar existente no Estado do Rio de Janeiro. Ulisses
184 comentou sobre a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor
185 – PROCON, único do Brasil preparado para atender pessoa com deficiência, e o
186 atendimento da Agência do Trabalhador para pessoa com deficiência. Mencionou
187 ainda um trabalho realizado quando era Presidente da Câmara com a cadeirante
188 Leila. O Presidente do CMDPD comentou que as propostas eram interessantes e
189 mereciam discussão, citando também outras reivindicações já discutidas pelo
190 Conselho, como a instalação de piso tátil na rodoviária e em outros espaços
191 públicos que em doze anos não aconteceram, mas que a comunidade em geral
192 depositava grandes expectativas para que acontecessem com a atual gestão. A
193 Vice-presidente enalteceu a trajetória política do atual prefeito Ulisses Maia e o seu
194 envolvimento em relação a pautas referentes ao encaminhamento de pessoas com
195 deficiência no mercado de trabalho, que colocam Maringá como referência para
196 todo o Estado do Paraná, citando a perspectiva de desconstruir a concepção
197 assistencialista para proporcionar uma real inclusão. A conselheira Mariana Piculli,
198 por sua vez, pontuou o potencial paradesportivo que o município dispõe e a
199 necessidade de estruturar centros esportivas pela cidade, para promover a
200 oportunidade de acesso ao esporte a todos que dele demandarem, não
201 restringindo o acesso apenas aqueles que se tornam atletas de alto rendimento. A
202 conselheira Mariana relata que está em contato com a coordenadora de projetos
203 da SASC, a sra. Emília Perissato e os Centros de Referência da Assistência Social
204 – CRAS para levantamento de crianças e adolescentes que recebem benefício de

205 prestação continuada – BPC e não praticam esportes, para projetos futuros. O
206 conselheiro Gustavo Camin então lembrou que o CMDPD já fez reivindicações
207 relacionadas ao levantado pela colega em outros momentos e não obtiveram
208 resposta. O Prefeito Ulisses Maia concluiu sua participação pedindo que o
209 Conselho organizasse uma lista atualizada com as principais reivindicações
210 percebidas, afirmando a necessidade de reorganização para a aplicação de
211 recursos. O Presidente do Conselho, pediu que a auxiliar, Carla Passarela, para
212 que agendasse uma reunião a fim de discutir a questão do condomínio para
213 pessoas com deficiência, mobilizando o máximo de pessoas com deficiência, para
214 que pudessem pensar em alguns pontos a esse respeito. Também solicitou que
215 fosse resgatado o termo de compromisso firmado com o Prefeito Ulisses Maia,
216 durante o processo eleitoral, para que fosse atualizado, acompanhado de outras
217 demandas que se fizerem necessárias. Não havendo mais nada para ser tratado,
218 eu, Gustavo Lacatus, Secretário, encerro a presente ata com os principais
219 assuntos abordados, para ser, posteriormente, após lida e aprovada, assinada por
220 mim, pelo secretário-executivo Fausto Salamão Cirico, pelo Presidente Ricardo
221 Alexandre Vieira e constando a lista de presença em anexo.

222

223

224

225

226

227

228

229

230

231

232

233

234

235

236

237

238

Gustavo Lacatus
Secretário

Fausto Salamão Cirico
Secretário Executivo

Ricardo Alexandre Vieira
Presidente do Conselho